

Pensando o desenvolvimento regional sustentável: a atuação do Banco do Brasil S/A Melissa Franchini Cavalcanti Bandos André Ruwer

Como citar: BANDOS, Melissa Franchini Cavalcanti; RUWER, André. Pensando o desenvolvimento regional sustentável: a atuação do Banco do Brasil S/A. *In:* FADEL, Bárbara. (org.). **Desenvolvimento regional:** debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 155-172. DOI: <https://doi.org/10.36311/2009.978-85-7983-048-8.p155-172>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: A ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S/A

Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
André Ruwer

Introdução

O tema desenvolvimento, nos últimos anos, passa a ser pauta constante em todo o mundo nos debates políticos e científicos, pois estão cada vez mais evidentes os desequilíbrios causados pelo atual modelo de crescimento econômico nas esferas ambiental e social, sendo necessárias medidas imediatas, repensando o meio ambiente e as condições de vida para a população.

Concretiza-se, assim, a busca da equidade e da justiça social por meio da materialização de uma forma de desenvolvimento que assegure a permanência e a continuidade das conquistas e dos avanços no contexto social, bem como na estrutura econômica atual e que evite, ou minimize as agressões ao ambiente que provocam, no futuro, comprometimento ao desenvolvimento e à qualidade de vida da população.

Assim, há que se considerar que o desenvolvimento é um fenômeno complexo, com inferências econômicas, sociais, políticas e culturais (TOLOSA, 1978), e que, embora dependa do crescimento econômico, não pode ser considerado simplesmente como sinônimo de crescimento (OLIVEIRA, 2002; MARTINELLI; JOYAL, 2004), avaliado apenas como um processo de expansão quantitativa do produto e da renda, e sim, considerado como uma transformação qualitativa da sociedade na mudança de suas características.

Nesse sentido, insere-se no amplo conceito de desenvolvimento, o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) como resultado da ação articulada dos diversos agentes sociais, políticos e econômicos, públicos ou privados, da região em análise, voltada ao alcance de um objetivo comum, pela construção de um projeto estratégico orientador de suas ações em longo prazo (MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997).

É fato que a sua construção pressupõe a mobilização das energias e capacidades endógenas (DEL CASTILHO, 1994; MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997; MARTINELLI; JOYAL, 2004) de maneira a propiciar a introdução de mudanças que elevem as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local, tendo como base a participação da sociedade no processo. Assim, a importância de instituições públicas e privadas pensarem o desenvolvimento, isto é, debaterem o tema, inserirem em suas pautas estratégicas e atuarem, torna-se fundamental ao próprio processo de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Dessa forma, o presente capítulo tem o objetivo de analisar a atuação da principal instituição financeira do país acerca da construção do Desenvolvimento Regional Sustentável, o Banco do Brasil S/A, ou seja, verificar como essa importante instituição brasileira atua no desenvolvimento, quais as atividades proporcionadas no sentido de contribuir efetivamente no DRS, em específico, focada na educação corporativa, qualificando seus profissionais para assessoria à elaboração de planos de negócios voltados para o incremento das comunidades.

Para condução desse estudo, foi escolhida a pesquisa qualitativa descritiva desenvolvida com base em dados secundários por meio de uma ampla revisão bibliográfica extraída principalmente de livros, anais de congressos e *sites* da internet e complementada por um estudo de caso, com a intenção de detalhar a investigação e analisar um contexto real.

Para tanto, inicialmente, será abordado o tema desenvolvimento de forma ampla, na seqüência, aborda-se o Desenvolvimento Regional

Sustentável e a importância da atuação endógena de instituições públicas e privadas no debate. Insere-se o estudo de caso descrevendo a atuação do Banco do Brasil S/A no Desenvolvimento Regional Sustentável e, ao final, as conclusões.

Pensando o desenvolvimento

O desenvolvimento será abordado como um tema amplo e complexo envolvendo não apenas o crescimento econômico, mas também atrelado ao crescimento social, cultural, político e ambiental. Oliveira (2002, p.38) destaca que “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Historicamente, o desenvolvimento resulta de transformações estruturais que, por sua vez, são conseqüência de movimentos cumulativos de recursos técnicos, materiais e humanos de uma sociedade (BUARQUE, 1994). Da mesma forma, também na era da globalização, “[...] o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições” (SANTOS, 2000, p. 79), deixando de ser considerado apenas o suporte físico das atividades e dos processos econômicos para representar a valorização dos “[...] territórios e as relações entre os atores sociais, suas organizações concretas, as técnicas

produtivas, o meio-ambiente e a mobilização social e cultural” (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.7).

Assim, as exigidas mudanças de orientação e novas formas de produção realizam-se pela fragmentação territorial, onde “[...] renascem as identidades culturais e políticas nos níveis local e regional” (COELHO apud MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 1) impulsionando a atenção para estratégias de desenvolvimento no próprio nível local (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p. 1). Nesta perspectiva, Albuquerque (1996) salienta que a identidade própria de cada território se converte em sustentação de seu desenvolvimento produtivo.

A proximidade dos problemas, necessidades, recursos e atores sociais locais permite, [...] formular políticas mais realistas e, sobretudo, baseadas no consenso com tais atores. Igualmente, se abre a possibilidade de promover a criação negociada de instituições de fomento produtivo empresarial em nível local, de gerar um clima de confiança e cooperação entre entidades públicas e o setor privado empresarial e de estimular assim uma cultura local de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1996, p.3-4).

Deve-se, então, buscar complementar o esforço das políticas macroeconômicas com políticas específicas, ou melhor, políticas ou atuações regionais/locais, alcançando, por essas medidas, uma mudança de atitude frente a um enfoque em que antes se privilegiava a atração de recursos externos focada em problemas gerais ou de grandes grupos, voltando-se às possibilidades e iniciativas de desenvolvimento endógeno, em que

é possível aproximar-se das circunstâncias e características concretas dos diversos territórios ou regiões e formular políticas e instrumentos de fomento produtivo e modernização tecnológica e empresarial mais ajustados ao perfil específico de cada zona (ALBUQUERQUE, 1996, p.5).

Nesse sentido, faz-se necessária a abordagem do conceito de desenvolvimento regional ou local, em que a preocupação é específica com o

espaço em que o desenvolvimento ocorrerá. Lorenzo (2007) descreve que no desenvolvimento local, a própria comunidade faz surgir suas capacidades e competências de gestão das suas próprias condições de vida. Sobre os fatores endógenos, continua Lorenzo (2007), são potenciais e forças individuais e/ou coletivas presentes de forma implícita ou explícita em uma comunidade. A autora exemplifica que são interesses e objetivos comuns como a identidade social, as diversidades de funções que podem ser forças de alavancamento.

Da mesma maneira, Martinelli e Joyal (2004, p.10-11) continuam acerca do desenvolvimento regional.

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua de agregação de valor na produção, bem como da capacidade de absorção da região. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento definido. O novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno está no fato que o modelo de desenvolvimento passa ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado.

Para tanto, os termos local e regional serão abordados em conjunto. O desenvolvimento local é a terminologia adotada para explicar as transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma localidade com peculiaridades que a torna singular e o desenvolvimento regional trata das transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais de uma região definida geograficamente. Ao inserir o termo sustentável junto ao desenvolvimento regional está se pensando em transformações de uma região específica “[...] socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (SACHS, 1986, p.110) que será amplamente abordada no tópico a seguir.

O Desenvolvimento Regional sustentável

O Desenvolvimento Regional Sustentável é o resultado da ação articulada dos diversos agentes sociais, políticos e econômicos, públicos ou privados, do município ou região, voltados ao alcance de um objetivo específico, por meio da mobilização das capacidades internas a localidade, isto é, endógenas (DEL CASTILHO, 1994; MAGALHÃES; BITTENCOURT, 1997; MARTINELLI; JOYAL, 2004).

Sachs (apud OLIVEIRA, 2002) destaca cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos, que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

Explicando cada dimensão, o autor afirma que a dimensão social diz respeito à melhora nos níveis de distribuição de renda com a finalidade de diminuir a exclusão social e as diferenças econômicas entre as classes sociais; a dimensão econômica está relacionada à eficiência na alocação e gestão de recursos; a dimensão ecológica diz respeito à preservação ambiental sem comprometer a oferta de recursos naturais ao homem; a dimensão espacial relaciona-se à ocupação do território, rural e urbano e, por fim, a dimensão cultural está ligada a mudanças no pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que reduza o consumo de produtos que provoquem impactos ambientais.

Verifica-se, portanto, que, ao abordar o Desenvolvimento Regional Sustentável, está se falando em positivas transformações econômicas, sociais, ecológicas, espaciais e culturais que se sustentem no longo prazo, fomentadas e implementadas pela própria sociedade. Trata-se de uma combinação dos fatores: recursos (terra, trabalho e tecnologia); comunidade (uma população de um determinado espaço, região ou município); e organizações governamentais ou não governamentais (tais como universidades, instituições, sindicatos, associações, agências, órgão governamentais no âmbito

federal, estadual e municipal) com foco em aumentar as oportunidades sociais e as condições de vida no plano local/regional.

É o caminho que deve ser percorrido por uma comunidade em busca da qualidade de vida e participação democrática nos destinos de sua região, cidade ou localidade (FRANCO, 2000). É necessária uma proposta de desenvolvimento a partir das bases, com a participação ativa da população na identificação das necessidades e na priorização de ações por meio dos atores locais, com vistas a garantir resultados que demonstrem melhoria na qualidade de vida da população. Essas ações necessitam de uma política para promover a descentralização das decisões em prol da autonomia dos locais e de um sistema de estímulo à criatividade e auto-realização pessoal em que os membros da comunidade aplicam sua efetiva vocação.

O conceito do Desenvolvimento Regional Sustentável, como uma nova maneira de promover mudanças e transformações, propiciando o surgimento de comunidades mais equilibradas, foi adotado no Brasil a partir de 1995 com o programa Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República. Com essa experiência, evidenciou-se a necessidade de promoção e fortalecimento de parcerias entre as três esferas de governo e destas com as organizações da sociedade civil, propiciando o despertar de vocações locais para o Desenvolvimento Sustentável, com a “identificação e o fortalecimento das potencialidades produtivas dos municípios-alvo, a organização da sociedade em torno de objetivos comuns e o suprimento de suas carências mais imediatas para colocar em marcha o processo de desenvolvimento” (ACCARINI; COSTA, 2002, p.58).

Em relação à prática do processo de DRS, além dos fatores citados anteriormente, Albuquerque (1996) expressa que o mesmo também implica em criar novas instituições para o desenvolvimento territorial, com a participação negociada dos gestores públicos e do setor privado; impulsionar iniciativas empresariais inovadoras e melhorar a capacitação da força de trabalho local (ALBUQUERQUE, 1996).

A partir da análise dos discursos da maioria dos autores que trabalham o DRS, verifica-se que esse processo deve ser administrado de forma participativa pela sociedade, com o objetivo de constituir um fórum representativo da comunidade, em que todos os segmentos devem estar representados para construir uma proposta que se consolide num projeto para local ou região. Esse processo presuppõe atores locais unidos por uma vontade solidária em prol do desenvolvimento de sua localidade, município ou região.

Nessa perspectiva, o setor público assume papel fundamental na forma de estimulador de inovações, tão fundamentais ao processo de Desenvolvimento Regional sustentável (MARTINELLI; JOYAL, 2004), e:

(...) o papel principal do setor público é estimular os elementos que viabilizam a inovação, tornando-a possível: infra-estrutura intelectual efetiva, força de trabalho instruída e qualificada, qualidade de vida adequada e atraente, ambiente de negócios estimulante, oferta real de capital de risco; mercado receptivo para novos produtos e processos, compromisso com a modernização industrial, cultura voltada para a industrialização com flexibilidade e cooperação, e o sistema social apoiando a inovação e a diversidade (BERMAN e MARTIN apud MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.59).

Dessa forma, a temática é pertinente uma vez que, no Brasil, o tema desemprego e a exclusão social a ele associada, é objeto da preocupação de estudiosos e de diversos atores sociais. O agravamento das capacidades regionais de gerar postos de trabalho e renda para a maioria dos habitantes impulsiona a busca por alternativas dentro de um conceito de Desenvolvimento Regional Sustentável, conforme apresenta Singer (1998, p.62,63):

[...] como dever do Estado à promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo de diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho, redistribuindo terras subutilizadas entre os camponeses, etc.

Assim, algumas ações estão sendo implementadas pelo governo brasileiro voltadas para um desenvolvimento sustentável que seja capaz de gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida enquanto promove o equilíbrio social e impede a degradação ambiental. Dentre essas ações, destaca-se a iniciativa do Banco do Brasil S/A que, em parceria com o Governo Federal, apoia a implantação de programas de Desenvolvimento Regional Sustentável, como forma de catalisar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades.

Inserir-se, assim, no contexto de DRS, o Banco do Brasil S/A na posição de ator e agente de desenvolvimento, amplamente abordada no tópico seguinte.

A atuação do Banco do Brasil no desenvolvimento regional sustentável

O Banco do Brasil foi o primeiro banco brasileiro, criado em 12 de outubro de 1808, por meio de um alvará do príncipe regente D. João (BANCO DO BRASIL, 2009b). É uma das mais sólidas instituições brasileiras e pode ser considerada a maior instituição financeira pública do país. Esse argumento fundamenta a importância de se conhecer o Banco do Brasil S/A como agente de Desenvolvimento Regional Sustentável, pois impulsiona a economia e o desenvolvimento dos municípios em que atua ao financiar a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, entre outros.

O desenvolvimento do Brasil está expresso na missão do Banco do Brasil: “ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o **desenvolvimento do País**” (grifo nosso) (BANCO DO BRASIL, 2009b), e de maneira específica, o desenvolvimento sustentável destaca-se entre os objetivos da instituição.

Nesse sentido, o Banco do Brasil, enquanto agente de desenvolvimento, é norteado pela crença

de se conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento de negócios social e ecologicamente sustentáveis, mediante o estabelecimento de relações eticamente responsáveis com seus diversos públicos de interesse, interna e externamente (BANCO DO BRASIL, 2009a).

Assim, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, definido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S/A e assumido por toda a organização, está expresso na Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental e no Código de Ética do Banco do Brasil (BANCO DO BRASIL, 2009a).

A título de exemplo, a seguir, são enumerados os compromissos da instituição para com o desenvolvimento, destacando-se uma orientação explícita voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável.

- Atuar em consonância com Valores Universais, como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
- Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie.
- Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
- Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo.

- Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
- Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social.
- **Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.** (grifo nosso)
- Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos.
- Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores.
- Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade.
- Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito.
- Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.
- Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência. (BANCO DO BRASIL, 2009a).

Assim, focando o Desenvolvimento Regional Sustentável, o Banco do Brasil S/A em parceria com o Governo Federal fomenta as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento não apenas de uma, mas de todas as etapas de uma atividade produtiva.

Essa medida visa implantar uma nova maneira de atuar junto a comunidades localizadas em regiões carentes, buscando mobilizar os agentes econômicos, políticos e sociais para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende também promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando as características locais, de

natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural. Para o Banco do Brasil (2009a):

Desenvolvimento Sustentável é aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, considerando-se que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas e culturalmente diversificadas.

Dessa forma, os esforços individuais na organização devem se orientar para a realização dos objetivos estabelecidos; e, os funcionários, imbuídos de solidariedade, dignidade e coesão com os valores, alinham-se a essa iniciativa, buscando empenhar-se na consecução dos objetivos e da estratégia proposta.

A etapa inicial desse processo envolve a educação para a formação profissional e atualização dos funcionários do Banco do Brasil que atuam em suas unidades. Essa capacitação é promovida pela Universidade Corporativa do Banco do Brasil que, em convênio com instituições de ensino superior do país, proporciona um MBA Executivo em Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável.

O sistema de Educação Corporativa do Banco do Brasil S/A existe desde 1965 e o foco da instituição é o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários, visando multiplicar ações no Desenvolvimento Social (BANCO DO BRASIL, 2009a).

A capacitação mencionada em DRS favorece a mobilização e treinamento dos funcionários envolvidos para a implantação das ações de Desenvolvimento Regional Sustentável que se propõe a fortalecer o associativismo, a agricultura familiar, os mini e pequeno empresários formal ou informal, as cooperativas populares, em suma, o desenvolvimento de atividades produtivas identificadas como vocação das mais diferentes regiões, com respeito à cultura local e aos níveis de organização.

Os funcionários do banco, após a capacitação, são capazes de ampliar as ações no que diz respeito ao Desenvolvimento Regional Sustentável, fortalecendo atores locais, fornecendo a devida assessoria na elaboração de planos de negócios voltados para o incremento das comunidades.

Os programas e ações de aprendizagem dessa instituição são orientados pelos seguintes propósitos:

- Desenvolver a excelência humana e profissional de nossos funcionários;
- Prover soluções para problemas de desempenho profissional;
- Aperfeiçoar a performance organizacional; e
- Formar sucessores para quadros técnicos e gerenciais do Banco do Brasil. (BANCO DO BRASIL, 2009a)

Para o Banco do Brasil, a promoção ao Desenvolvimento Regional Sustentável gera novas oportunidades de negócio para os parceiros, promove maior participação no mercado de baixa renda, amplia a base de clientes e contribui para a fidelização de clientes. E a concretização dessa estratégia passa, necessariamente, por processos educativos e colaborativos de Desenvolvimento Social, tanto internamente, do qual participam funcionários em todos os níveis hierárquicos, quanto externamente, do qual participam organizações e indivíduos tanto da iniciativa pública, quanto da privada.

Conclusões

A reestruturação dos sistemas produtivos locais, de acordo com Parente (1997), depende de políticas territorializadas com base na formação do capital humano e social e na construção de uma nova relação estado-sociedade que permita a oferta de serviços inovadores de apoio à cadeia produtiva local composta de micro e pequenas empresas.

Deriva, portanto, a necessária articulação de iniciativas de políticas de geração de trabalho e renda que envolvam as camadas mais pobres da população nas estratégias de desenvolvimento local e regional, em detrimento de políticas assistencialistas e compensatórias mantenedoras de uma cadeia de favores e dependência. Assim, a pesquisa aqui empreendida se justifica à medida que constitui um referencial de conhecimento de práticas de DRS utilizadas por uma organização pública, na efetiva disposição política do Estado para estabelecer e aplicar os instrumentos de gestão necessários para tal.

O enfoque regional é da mesma forma, justificado pela crescente necessidade de fortalecer os espaços regionais, com projetos autossustentáveis que garantam a preservação da cultura e do meio ambiente, que minimizem a concentração de renda, a exclusão e a segregação econômica, resultado da nova dinâmica da competição mundial.

A relevância deste estudo está na discussão da efetividade de políticas adotadas por uma organização pública, sua experiência e contribuição para a minimização de problemas sociais e males que afetam a sociedade moderna. Afinal, o Desenvolvimento Sustentável não trata somente da redução do impacto da atividade econômica no meio ambiente, mas, principalmente, das consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura (ALBUQUERQUE,1996).

Para atender ao grande desafio de desenvolver com sustentabilidade e atuar como agente facilitador na promoção do desenvolvimento econômico regional e local, o setor público possui várias alternativas de atuação. Uma delas, pode ser “[...] um enfoque proativo e preventivo para a indústria e para a economia local, em busca de novas oportunidades de desenvolvimento dentro dos interesses e das vocações da comunidade local (MARTINELLI; JOYAL, 2004, p.59), o que constitui um desafio importante de estudo, debate e registro e delinea a ação buscada pelo Banco do Brasil S/A.

Esta foi a lógica que se pretendeu mostrar: a da organização que estabeleceu a missão e definiu estratégias capazes de realizar essa missão, contemplando as pessoas, identificadas com os valores e cultura organizacional. Assim, o Banco do Brasil S/A, como ator importante, com uma imagem institucional consolidada junto às comunidades, por meio da educação profissional voltada para o Desenvolvimento Regional Sustentável, busca assumir um papel ativo na construção de arranjos produtivos locais, por meio de processo participativo e concertação em conjunto com vários outros atores.

Dessa forma, o Banco do Brasil identificou-se com a busca de desenvolvimento sustentável, associando sua missão à necessidade de auxiliar as regiões a promoverem o seu desenvolvimento, com redução do desemprego e ampliação da renda das populações, notadamente envolvido por sentimentos de responsabilidade e de dignidade humana. Esse comprometimento originou a criação de uma carta de princípios, definindo uma visão pró-ativa na busca de ações sustentáveis, por meio da deliberação pelos membros da organização na definição e orientação explícita de uma estratégia voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável.

O Desenvolvimento Regional Sustentável pressupõe a existência, na comunidade, de recursos humanos capacitados ou da estruturação de um programa efetivo de envolvimento, assessoria, treinamento, desenvolvimento e qualificação; papel que pode ser desempenhado por uma organização do setor público. Proporcionar a atuação de atores capacitados para fomentar o Desenvolvimento Regional Sustentável, e em específico, os profissionais de uma organização pública, é indispensável para a construção de projetos que tenham cada vez mais sucesso e efetividade.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José H.; COSTA, Otávio G. P. da. *Desenvolvimento local integrado sustentável no Brasil (DLIS): Reflexões: Bahia análise & dados*, Salvador, v. 12, n.2, p. 57-70, set. 2002.

ALBUQUERQUE, Francisco. *Desenvolvimento e fomento produtivo local para superar a pobreza*. Tradução do trabalho “Desenvolvimento e fomento produtivo local para a superação da pobreza no Chile”, apresentado pelo autor no seminário de mesmo nome organizado pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social e pelo Ministério de Planejamento e Cooperação (FOSIS/MIDEPLAN), conjuntamente com o ILPES, realizado na sede da CEPAL em 12 e 13 de ago.1996.

Disponível em:

<http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=titulo>
Acesso em: 18 jan. 2009.

BANCO DO BRASIL. *Sustentabilidade*. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/portalbb/home1,8305,8305,0,0,1,6.bb>> Acesso em:
3 jul. 2009a.

BANCO DO BRASIL. *Sobre o Banco do Brasil*. Disponível em:
<<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,102,102,1,0,1,6.bb>> Acesso em: 30
nov. 2009b.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável*. Recife, IICA: 1994.

DEL CASTILLO, J. *Manuel de desarrollo local*. Departamento de Economía y Hacienda, Gobierno Vasco: Victoria-Gasteiz, 1994.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2000. Disponível em <<http://dlis.undp.org.br/pnud.nsf>>. Acesso em
20 fev. 2009.

LORENZO, Helena Carvalho de. *Algumas reflexões sobre o desenvolvimento local e sobre o espaço local como força interna do desenvolvimento*. Texto produzido para o Encontro de Ciências Sociais. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2007.

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G.. Projeto alternatido de desenvolvimento rural. In: CONTAG; Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimetno local sustentável com base na agricultura familiar. Brasília:Mtb/Sefor/Codefat/Contag, set. 1997.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barurei: Manole, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Recista FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago.2002.

PARENTE, Silvana. *A Construção Social dos Mercados: desenvolvimento local e microfinanças como mecanismos de mercado para combater a pobreza*. 1997. Disponível em <<http://www.projetobndespnud.org.br/artigo5.htm>>. Acesso em 10 jan. 2009.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Record. 2000.

SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 1988.

TOLOSA, Hamilton C. *Política urbana e distribuição de renda*. In: TOLEDO, Ana Helena Pompeu de; CAVALCANTI, Marly (Org.) - *Planejamento urbano em debate*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. p.19-46.

